



**CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA
E DO ADOLESCENTE DE MONTE BELO**

ESTADO DE MINAS GERAIS

Lei Federal nº 8.069/93 Lei Municipal nº 2.709/14

PROCESSO SELETIVO

CONSELHO TUTELAR 2019

INTRUÇÕES

- 01 – Este caderno de provas contém 20 questões de múltipla escolha.**
 - 02 – Para cada questão existe apenas uma resposta correta.**
 - 03 – Leia atentamente a questão no Caderno de Provas e escolha à alternativa que julgar correta.**
 - 04 – Marque as respostas com esferográficas azul ou preta na Folha de Respostas.**
 - 05 – As respostas à grafite ou rasuras serão consideradas erradas, na Folha de Respostas.**
 - 06 – Faça a sua prova em silêncio, para que todos façam também.**
 - 07 – Não será permitida qualquer espécie de consulta.**
 - 08 – Não será fornecido outro Caderno de Provas, exceto no caso do item 10.**
 - 09 – O tempo de duração da prova é aquele anotado na lousa.**
 - 10 – Verifique se a prova contém falhas: folhas em branco, má impressão, páginas trocadas, falta de questão etc.**
- Encontrando falhas, levante a mão. O fiscal atenderá você e trocará o seu caderno.**
- 11 – Ao concluir entregue ao fiscal o Caderno de Provas e a Folha de Resposta devidamente preenchida e assinada.**

Candidato: _____

Numero de inscrição: _____

Monte Belo, 01 de Setembro de 2019.



CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE MONTE BELO

ESTADO DE MINAS GERAIS

Lei Federal nº 8.069/93 Lei Municipal nº 2.709/14

QUESTÕES DE CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

01. De acordo com a Lei nº 8.069/90, Estatuto da Criança e do Adolescente: “O Conselho Tutelar é órgão permanente e autônomo, não jurisdicional, encarregado pela sociedade de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente, definidos nesta Lei”. Com fundamento nessa premissa, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) A “autonomia” a que se refere o dispositivo é sinônimo de independência funcional, que por sua vez se constitui numa prerrogativa do Conselho Tutelar, enquanto colegiado, imprescindível ao exercício de suas atribuições.
- b) O Conselho Tutelar é órgão municipal que possui completa autonomia funcional em relação ao Poder Judiciário, assim como em relação ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e à própria Prefeitura.
- c) O Conselho Tutelar é órgão do Poder Judiciário e atua sob o comando do Promotor de Justiça, com autonomia e independência, vinculada à Vara da Infância e da Juventude da Comarca.
- d) O fato de ser não jurisdicional significa que o Conselho Tutelar não está atrelado ao Poder Judiciário.

02. A respeito das atribuições do Conselho Tutelar, de acordo com a Lei nº 8.069/90, Estatuto da Criança e do Adolescente, julgue os itens a seguir como “V” para verdadeiros e “F” para falsos:

- () É atribuição do Conselho Tutelar atender crianças e adolescentes que necessitem de medidas de proteção ou que tenham cometido atos infracionais;
- () É atribuição do Conselho Tutelar encaminhar ao Ministério Público notícia de fato que constitua infração administrativa ou penal contra os direitos da criança ou adolescente;
- () É atribuição do Conselho Tutelar determinar a perda ou suspensão do poder familiar, após esgotadas as possibilidades de manutenção da criança ou do adolescente junto à família natural;
- () É atribuição do Conselho Tutelar promover e incentivar, na comunidade e nos grupos profissionais, ações de divulgação e treinamento para o reconhecimento de sintomas de maus-tratos em crianças e adolescentes.



CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE MONTE BELO

ESTADO DE MINAS GERAIS

Lei Federal nº 8.069/93 Lei Municipal nº 2.709/14

Assinale a alternativa que corresponde à sequência correta:

- a) F, V, F, V;
- b) V, V, F, V;
- c) V, F, V, F;
- d) F, F, V, F.

03. Ainda a respeito das atribuições do Conselho Tutelar, de acordo com a Lei nº 8.069/90, Estatuto da Criança e do Adolescente, assinale a alternativa correta:

- a) Dentre outras, são atribuições do Conselho Tutelar: i) expedir notificações; ii) requisitar certidões de nascimento e de óbito de criança ou adolescente quando necessário e iii) assessorar o Poder Executivo local na elaboração da proposta orçamentária para planos e programas de atendimento dos direitos da criança e do adolescente.
- b) Dentre outras, são atribuições do Conselho Tutelar: i) realizar a matrícula escolar de todas as crianças e adolescente do Município; ii) representar, em nome da pessoa e da família, contra a violação dos direitos previstos no art. 220, § 3º, inciso II, da Constituição Federal e iii) expedir notificações.
- c) Dentre outras, são atribuições do Conselho Tutelar: i) realizar visitas periodicamente a todas as crianças e adolescentes dos Municípios, estejam ou não em situação de risco; ii) encaminhar relatório mensal de todas as atividades realizadas ao Promotor de Justiça da Comarca; iii) assessorar o Poder Executivo local na elaboração da proposta orçamentária para planos e programas de atendimento dos direitos da criança e do adolescente.
- d) Dentre outras, são atribuições do Conselho Tutelar: i) expedir notificações; ii) realizar a matrícula escolar de todas as crianças e adolescente do Município; iii) promover e incentivar, na comunidade e nos grupos profissionais, ações de divulgação e treinamento para o reconhecimento de sintomas de maus-tratos em crianças e adolescentes.

04. A respeito dos impedimentos para servir no mesmo Conselho, de acordo com a Lei nº 8.069/90, Estatuto da Criança e do Adolescente, considere a seguinte situação hipotética:

Sabrina pretende ser conselheira tutelar na Comarca Alfa. Ela é casada com Miguel e Tayná é filha deles. Genileno, irmão de Sabrina é casado com Suzana, que é Promotora de Justiça com atuação na Justiça da Infância e da Juventude, em exercício na comarca.



CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE MONTE BELO

ESTADO DE MINAS GERAIS

Lei Federal nº 8.069/93

Lei Municipal nº 2.709/14

São impedidos de servir no mesmo Conselho:

- a) Apenas Tayná por ser descendente de Sabrina;
- b) Miguel e Tayná por serem, respectivamente, marido e descendente de Sabrina;
- c) Miguel, Tayná e Genileno, por serem, respectivamente, marido, descendente e irmão de Sabrina;
- d) Todos são impedidos de serem Conselheiros Tutelares porque mantêm vínculo de parentesco com Suzane, que é representante do Ministério Público com atuação na Justiça da Infância e da Juventude, em exercício na comarca.

05. Considere a seguinte situação: Dênis, com 17 anos de idade, furtou o relógio de Wilson. Dênis cometeu:

- a) crime;
- b) contravenção penal;
- c) ato infracional;
- d) infração administrativa.

06. A respeito dos Direitos Individuais dos adolescentes que cometeram atos infracionais, de acordo com a Lei nº 8.069/90, Estatuto da Criança e do Adolescente, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) Nenhum adolescente será privado de sua liberdade senão em flagrante de ato infracional ou por ordem escrita e fundamentada da autoridade judiciária competente.
- b) O adolescente tem direito à identificação dos responsáveis pela sua apreensão, devendo ser informado acerca de seus direitos.
- c) A apreensão de qualquer adolescente e o local onde se encontra recolhido serão incontinenti comunicados à autoridade judiciária competente e à família do apreendido ou à pessoa por ele indicada.
- d) A internação, antes da sentença, pode ser determinada pelo prazo máximo de cinco anos.



CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE MONTE BELO

ESTADO DE MINAS GERAIS

Lei Federal nº 8.069/93 Lei Municipal nº 2.709/14

07. A respeito das Garantias Processuais dos adolescentes que cometeram atos infracionais, de acordo com a Lei nº 8.069/90, Estatuto da Criança e do Adolescente, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) É assegurada ao adolescente, entre outras, a garantia do direito de solicitar a presença de seus pais ou responsável em qualquer fase do procedimento.
- b) É assegurada ao adolescente, entre outras, a garantia de igualdade na relação processual, não podendo, porém, confrontar-se com vítimas e testemunhas, em razão da preservação de sua intimidade, e produzir todas as provas necessárias à sua defesa.
- c) É assegurada ao adolescente, entre outras, a garantia do direito de ser ouvido pessoalmente pela autoridade competente;
- d) É assegurada ao adolescente, entre outras, a garantia de pleno e formal conhecimento da atribuição de ato infracional, mediante citação ou meio equivalente.

08. Verificada a prática de ato infracional, a autoridade competente poderá aplicar ao adolescente algumas medidas. De acordo com a Lei nº 8.069/90, Estatuto da Criança e do Adolescente, assinale a alternativa que NÃO corresponde a uma medida passível de aplicação aos adolescentes:

- a) obrigação de reparar o dano;
- b) internação em colônia agrícola;
- c) prestação de serviços à comunidade;
- d) internação em estabelecimento educacional;

09. Com relação às medidas socioeducativas previstas na Lei nº 8.069/90, Estatuto da Criança e do Adolescente, correlacione a primeira com a segunda coluna:

Coluna 1

- (1) Advertência
- (2) Obrigação de Reparar o Dano
- (3) Prestação de Serviços à Comunidade
- (4) Internação



CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE MONTE BELO

ESTADO DE MINAS GERAIS

Lei Federal nº 8.069/93 Lei Municipal nº 2.709/14

Coluna 2

() restituição de coisa, promoção do ressarcimento do dano, ou, por outra forma, compensação do prejuízo à vítima.

() admoestação verbal, que será reduzida a termo e assinada.

() medida privativa da liberdade, sujeita aos princípios de brevidade, excepcionalidade e respeito à condição peculiar de pessoa em desenvolvimento.

() realização de tarefas gratuitas de interesse geral, por período não excedente a seis meses, junto a entidades assistenciais, hospitais, escolas e outros estabelecimentos congêneres, bem como em programas comunitários ou governamentais.

Assinale a alternativa que contém a sequência correta:

a) 2, 1, 4 3;

b) 3, 1, 4, 2;

c) 1, 2, 3, 4;

d) 4, 3, 1, 2.

10. Sobre a liberdade assistida, prevista na Lei nº 8.069/90, Estatuto da Criança e do Adolescente, assinale a alternativa CORRETA:

a) A liberdade assistida pode ser adotada em qualquer caso.

b) A liberdade assistida será fixada pelo prazo mínimo de seis meses, não podendo a qualquer tempo ser prorrogada, revogada ou substituída por outra medida, enquanto não transcorrer o prazo mínimo inicial.

c) Uma das incumbências do orientador é promover socialmente o adolescente e sua família, fornecendo-lhes orientação e inserindo-os, se necessário, em programa oficial ou comunitário de auxílio e assistência social.

d) O adolescente submetido à liberdade assistida deve obrigatoriamente utilizar tornozeleira eletrônica para monitoramento de sua movimentação.



CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE MONTE BELO

ESTADO DE MINAS GERAIS

Lei Federal nº 8.069/93

Lei Municipal nº 2.709/14

11. A respeito da Lei Municipal nº 2.709, de 31 de dezembro de 2014, que dispõe sobre a reformulação da política municipal de atendimento aos direitos da criança e do adolescente, considere a seguinte situação:

Agamenon, Beviláqua e Crisóstomo são conselheiros tutelares no Município Alfa.

Agamenon foi condenado por sentença transitada em julgado, por ter cometido crime.

Beviláqua ausentou-se justificadamente em 03 (três) sessões consecutivas do Conselho.

Crisóstomo pratica ato incompatível com a função de Conselheiro e com os princípios que regem a Administração.

Nesses casos, perderá(ão) o(s) mandato(s):

- a) Agamenon, Beviláqua e Crisóstomo;
- b) Beviláqua e Crisóstomo;
- c) Agamenon e Crisóstomo;
- d) apenas Agamenon.

12. A respeito da Lei Municipal nº 2.709, de 31 de dezembro de 2014, que dispõe sobre a reformulação da política municipal de atendimento aos direitos da criança e do adolescente, assinale a alternativa CORRETA:

- a) A substituição do membro titular ou suplente, quando desejada pelo órgão público ou organizações representativas da sociedade civil, deverá ser solicitada ao Conselho, acompanhada da justificativa, para apreciação.
- b) Após sua eleição, o Conselheiro Tutelar não poderá ser substituído em qualquer hipótese.
- c) No caso de substituição de Conselheiro, deverá ser feita nova eleição em 180 (cento e oitenta) dias.
- d) Os membros suplentes não terão direito de voz quando presentes às reuniões, exceto na ausência dos titulares.

13. A respeito da Lei Municipal nº 2.709, de 31 de dezembro de 2014, que dispõe sobre a reformulação da política municipal de atendimento aos direitos da criança e do adolescente, correlacione a primeira com a segunda coluna:



CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE MONTE BELO

ESTADO DE MINAS GERAIS

Lei Federal nº 8.069/93

Lei Municipal nº 2.709/14

Coluna 1

- 1- Compete ao Presidente do Conselho Tutelar;
- 2 – Compete ao Vice-Presidente do Conselho Tutelar;
- 3 – Compete ao Secretário Geral do Conselho Tutelar;

Coluna 2

- () substituir o Presidente em seus impedimentos;
- () preparar, junto com o Presidente, a pauta das sessões ordinárias e extraordinárias;
- () assinar a correspondência oficial do Conselho,;
- () enviar mensalmente ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente a relação de frequência e a escala de plantões dos Conselheiros;
- () manter sob sua responsabilidade, na sede do Conselho, os livros, fichas, documentos e outros papéis do Conselho.

Assinale a opção que contém a sequência correta:

- a) 3, 2, 2, 3, 1;
- b) 2, 3, 1, 1, 3
- c) 1, 2, 3, 2, 1;
- d) 2, 1, 1, 3, 2.

14. De acordo com a Lei Municipal nº 2.709, de 31 de dezembro de 2014, que dispõe sobre a reformulação da política municipal de atendimento aos direitos da criança e do adolescente, a função do conselheiro tutelar é:

- a) permanente e implica vínculo empregatício com o Município;
- b) temporária e implica vínculo empregatício com o Município;
- c) permanente e não implica vínculo empregatício com o Município;
- d) temporária e não implica vínculo empregatício com o Município.



CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE MONTE BELO

ESTADO DE MINAS GERAIS

Lei Federal nº 8.069/93 Lei Municipal nº 2.709/14

15. De acordo com a Lei Municipal nº 2.709, de 31 de dezembro de 2014, que dispõe sobre a reformulação da política municipal de atendimento aos direitos da criança e do adolescente, os Conselheiros Tutelares possuem alguns deveres. Assinale a alternativa que NÃO corresponde a um dever:

- a) indicar os fundamentos de seus pronunciamentos administrativos, submetendo sua manifestação à deliberação do colegiado;
- b) manter conduta pública ilibada, não se estendendo à conduta privada;
- c) adotar, nos limites de suas atribuições, as medidas cabíveis em face de irregularidade no atendimento a crianças, adolescentes e famílias;
- d) prestar as informações solicitadas pelas autoridades públicas e pelas pessoas que tenha legítimo interesse ou seus procuradores legalmente constituídos.

PROVA DE PORTUGUES

Leia o texto para responder às questões de 16 a 20.

FAMILIA

Família, família
Papai, mamãe, titia
Família, família
Almoça junto todo dia
Nunca perde essa mania
Mas quando a filha quer fugir de casa
Precisa descolar um ganha-pão
Filha de família se não casa
Papai, mamãe, não dão nem um tostão
Família êh! Família ah!
Família!
Família êh! Família ah!
Família!
Família, família
Vovô, vovó, sobrinha
Família, família
Janta junto todo dia
Nunca perde essa mania
Mas quando o neném fica doente (Uô! Uô!)



CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE MONTE BELO

ESTADO DE MINAS GERAIS

Lei Federal nº 8.069/93

Lei Municipal nº 2.709/14

Procura uma farmácia de plantão
O choro do neném é estridente (Uô! Uô!)
Assim não dá pra ver televisão
Família êh! Família ah!
Família!
Família êh! Família ah!
Família!
Família, família
Cachorro, gato, galinha
Família, família
Vive junto todo dia
Nunca perde essa mania
A mãe morre de medo de barata (Uô! Uô!)
O pai vive com medo de ladrão
Jogaram inseticida pela casa (Uô! Uô!)
Botaram cadeado no portão
Família êh! Família ah!
Família! ...

16.No verso “O choro do nenêm é estridente”, o autor quis dizer que:

- a) O nenêm chora pouco.
- b) O choro incomoda a mamãe.
- c) O choro é alto e fino.
- d) O choro é porque ele está doente.

17. A expressão “Precisa descolar um ganha pão”, é uma linguagem utilizada em:

- a) Livros escolares.
- b) Conversas com amigos.
- c) Receitas de remédio.
- d) Contos de fadas.

18. O tema da música é:

- a) A família almoça junto todo dia
- b) O dia a dia de uma família.
- c) A mãe morre de medo de barata.
- d) O pai morre de medo de ladrão.

19. Fazem parte da música, exceto:

- a) vovó, vovô
- b) papai, mamãe
- c) titia, sobrinha
- d) netinho, priminha.

